

**FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ
CURSO DE BACHAREL EM PSICOLOGIA**

**AMANDA SOUSA ARAÚJO
CAROLINA DA SILVA MATOSO**

**RELAÇÃO DE PODER E SAÚDE MENTAL DAS MULHERES
INSERIDAS NO CRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**MOSSORÓ
2023**

**AMANDA SOUSA ARAÚJO
CAROLINA DA SILVA MATOSO**

**RELAÇÃO DE PODER E SAÚDE MENTAL DAS MULHERES
INSERIDAS NO CRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Artigo Científico apresentado à Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE/RN), como requisito obrigatório, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Profa. Dra. Laura Amélia Fernandes Barreto.

**MOSSORÓ
2023**

Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró/RN – FACENE/RN.
Catalogação da Publicação na Fonte. FACENE/RN – Biblioteca Sant'Ana.

A663r Araújo, Amanda Sousa.

Relação de poder e saúde mental das mulheres inseridas
no CRAS: uma revisão integrativa / Amanda Sousa Araújo;
Carolina da Silva Matoso. – Mossoró, 2023.
21 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Amélia Fernandes Barreto.
Artigo científico (Graduação em Psicologia) – Faculdade
de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró.

1. Psicologia. 2. Mulher. 3. Saúde mental. 4. Relações de
poder. I. Matoso, Carolina da Silva. II. Barreto, Laura Amélia
Fernandes. III. Título.

CDU 159.9

**AMANDA SOUSA ARAÚJO
CAROLINA DA SILVA MATOSO**

**RELAÇÃO DE PODER E SAÚDE MENTAL DAS MULHERES
INSERIDAS NO CRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Artigo Científico apresentado à Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE/RN), como requisito obrigatório, para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em 09.06.2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Laura Amélia Fernandes Barreto – Orientador(a)
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

Profa. Ma. Jordanya Reginaldo Henrique
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

Prof. Me. Rodrigo José Fernandes de Barros
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró

RELAÇÃO DE PODER E SAÚDE MENTAL DAS MULHERES INSERIDAS NO CRAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

POWER RELATIONSHIP AND MENTAL HEALTH OF WOMEN INCLUDED IN CRAS: AN INTEGRATIVE REVIEW

**AMANDA SOUSA ARAÚJO
CAROLINA DA SILVA MATOSO**

RESUMO

O poder concebido por Foucault advém das tecnologias produtoras das concepções de verdades, construídas em contextos sociais, de poderes e saberes que se transformam através das civilizações acometidas pelo controle, que por sua vez, faz-se objeto de apreensão dessas verdades. Arelado a isso, a filósofa Judith Butler entende as relações de poder expressadas dentro das relações de gênero que é configurado, em sua perspectiva, como um dispositivo de controle interligado ao construto sócio cultural que define as funções de homens e mulheres. Com isto, elabora-se como hipótese que as relações de poder impõem como verdade as funções determinadas socialmente para as mulheres, resultam em sobrecarga de atividades, favorecendo o adoecimento mental, e conseqüentemente, como uma válvula de escape busca-se assistência especializada. Levando em consideração essa concepção, o presente estudo teve por objetivo compreender os efeitos da relação de poder e de gênero na saúde mental das mulheres, aprofundando-se em um delineamento do adoecimento mental, bem como, a possível contribuição da Psicologia diante das repercussões “biopsicossocioculturais” desse público inserido no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Portanto, o respectivo trabalho adotou o método de revisão integrativa, utilizando-se das bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Scielo, bem como, fazendo uso dos descritores estabelecidos em busca no site Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), “relações de gênero”, “mulheres”, “saúde mental”, “psicologia” e “CRAS”, este, por sua vez, não consta no DeCS, mas os encaminhamentos para a sua inclusão foram realizados. Os trabalhos coletados abordam aspectos da construção de gênero advindo das relações de poder, caracterizado pelo machismo e patriarcado que vêm a influenciar a compreensão da função a ser exercida pela mulher, naturalizando atividades de cuidado do outro e do ambiente doméstico como lugar natural destas, manifestando conjunturas normativas como significativas para o adoecimento mental das mulheres assistidas pelo CRAS, que em situações de vulnerabilidade encontram lugar de fala nos grupos ofertados pelo serviço. Com isso, observa-se que apesar dos avanços como a conquista do direito ao trabalho e possibilidade para autonomia, permanece a manutenção de funções "destinadas às mulheres" perpetrando a naturalização da sobrecarga, tanto pela sociedade como por parte das profissionais do serviço, carecendo de atividades que promovam o olhar crítico das próprias usuárias diante dessas naturalizações.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Mulher; Saúde Mental; Relações de Poder.

ABSTRACT

The power conceived by Foucault comes from technologies that produce conceptions of truths, constructed in social contexts, of powers and knowledge that are transformed through

civilizations affected by control, which, in turn, becomes the object of apprehension of these truths. Linked to this, the philosopher Judith Butler understands the power relations expressed within gender relations that are configured, in her perspective, as a control device interconnected to the sociocultural construct that defines the functions of men and women. With this, it is hypothesized that power relations impose socially determined functions on women as truth, resulting in an overload of activities, favoring mental illness, and consequently, as an escape valve, specialized assistance is sought. Taking this conception into account, the present study aimed to understand the effects of power and gender relations on women's mental health, delving deeper into an outline of mental illness, as well as the possible contribution of Psychology in the face of the repercussions "biopsicosocioculturalis" of this public inserted in the Social Assistance Reference Center (CRAS). Therefore, the respective work adopted the integrative review method, using the databases: Virtual Health Library (BVS), Portal of Electronic Journals of Psychology (PePSIC) and Scielo, as well as, making use of the descriptors established in search on the website Descriptors in Health Sciences (DeCS), "gender relations", "women", "mental health", "psychology" and "CRAS", this, in turn, is not included in the DeCS, but referrals to the their inclusion were carried out. The works collected address aspects of the construction of gender arising from power relations, characterized by machismo and patriarchy that come to influence the understanding of the function to be exercised by women, naturalizing care activities for others and the domestic environment as their natural place, manifesting normative conjunctures as significant for the mental illness of women assisted by CRAS, who in situations of vulnerability find a place of speech in the groups offered by the service. With this, it is observed that despite the advances such as the conquest of the right to work and the possibility of autonomy, the maintenance of functions "destined to women" remains, perpetrating the naturalization of the overload, both by society and by the service professionals, lacking of activities that promote the critical look of the users themselves in the face of these naturalizations.

KEYWORDS: Psychology; Woman; Mental health; Power relations

1 INTRODUÇÃO

O poder é a construção de um saber originado pela história da sociedade na qual se produz uma verdade. Desse modo, o autor Michel Foucault descreve as tecnologias produtoras da "concepção da verdade" expressadas em um cenário de poder e saber que performam diante das mutações sociais e se transformam na relação de poder ¹. Dito isto, compreende-se a verdade como um discurso que acontece e se produz por meio da civilização, provocada pelo controle, descrita como objeto da verdade. Levando em consideração a concepção de poder descrita por Foucault como a movimentação social onde as relações se influenciam, naquilo que se exerce,¹ atrelado ao feminino e aos efeitos da relação de poder na saúde mental desse público, aprofunda-se um delineamento do adoecimento mental elaborado na realidade das mulheres assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

À vista disso, as relações de poder expressam-se na teoria das relações de gênero da filósofa americana Judith Butler como um dispositivo de controle, interligado ao construto sociocultural que define as funções de homens e mulheres, o que é oposto ao determinismo biológico, centrado na função dos sexos pela biologia, isto é, pelo órgão sexual de nascimento de um sujeito, o que prescinde a heterossexualidade compulsória, sendo responsável pelo saber governante do feminino, processo no qual sua configuração é normativa e materializadora, com isto, concretiza-se a verdade produzida, resultando na relação de poder, como aborda Foucault ². Entretanto, vale destacar que, na visão de Butler, a significação de gênero deve ser desassociada do binarismo homem-mulher, bem como, das compreensões unitárias de regulações sociais e culturais, compreendendo o gênero como o próprio regulador, sendo aparato para a produção e naturalização, assim como, desconstrução e desnaturalização do masculino e feminino ³.

Diante disso, é imprescindível abranger a forma como as relações de poder e de gênero afetam a saúde mental das mulheres inseridas no CRAS e como a Psicologia vem a contribuir diante das repercussões “biopsicossocioculturais” desse público. Nesse sentido, Zanello afirma que o sofrimento apresenta-se interligado a questões sociais e culturais e que o sexismo, como no contexto brasileiro, faz com que, para o sujeito se entender como pessoa, identifique-se dentro da construção binária de gênero, ser homem ou mulher, denotando um processo longo a ser rompido ⁴. O que é sustentado na afirmação da autora Lauretis que aponta a problemática dentro do movimento feminista, se baseada em uma contínua amarração entre “diferença sexual” e compreensão de gênero, ou seja, uma reprodução da narrativa das culturas dominantes e do patriarcado ocidental, no qual a mulher é uma distinção do homem, estando atrelado a discursos precursores na biologia, medicina, filosofia, literatura ou em âmbitos legais ⁵.

Dessa maneira, elaboramos como hipótese: As relações de poder resultam em uma sobrecarga devido às funções determinadas socialmente para as mulheres, influenciam no adoecimento mental e conseqüentemente, como uma válvula de escape, busca-se assistência especializada.

Partindo das inquietações frente ao adoecimento mental, relacionado à construção do feminino e as forças influentes das relações de poder, o trabalho presente reúne pesquisas que visam responder: como as relações de poder impactam na saúde mental da mulher e como a Psicologia pode atuar frente às repercussões biopsicossociocultural desse público? Sendo assim, objetiva-se analisar as relações de poder e os seus impactos na saúde mental da mulher,

que busca assistência especializada no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, através da literatura disponível sobre a temática em questão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção tratar-se-á sobre as teorias do filósofo Michel Foucault e suas contribuições sociológicas, políticas e filosóficas a partir de uma abordagem voltada para as relações de poder, que por sua vez, se constroem na visão do autor, por meio dos discursos, ditos e não ditos. Nesse sentido, Foucault discorre sobre o poder como forças perpetuadas ao longo dos anos, estas que, tomam corpos de dominação divergentes a partir da sociedade dominante. Além disso, serão abordadas as relações de gênero e as suas influências na saúde mental das mulheres inseridas no CRAS, diante das construções sociais e a sobrecarga advinda desta.

2.1 AS RELAÇÕES DE PODER

As relações de poder fazem parte de um corpo social no qual se encontra presente nas relações humanas e seus marcadores sociais, ou seja, é desenvolvida por meio de forças ritualísticas que se constroem ao longo da história para a tomada construção da verdade ¹. Esta concepção se molda no decorrer de instrumentos que atravessam o efeito da ação que exerce silenciosamente seu adestramento, agindo repressivamente para um poder disciplinar, com isto, refere-se às relações como uma teia que organiza as diferentes sociedades ¹.

Desse modo, as práticas discursivas sendo uma manifestação do discurso que se anulam ou se fortalecem através de uma ideia como o machismo, derivam de uma genealogia na qual visa analisar todo o desenvolvimento das relações que se desdobram por meio dos ditos e não ditos, sendo esta, posta em ação na construção do saber que registra e manifesta forças em diferentes estruturas institucionais, isto é, dispositivos nos quais perpetuam mediante diversos poderes ¹. Diante da construção histórica do poder e seus dispositivos, é possível identificar as influências e consequências na vida das mulheres e de outras minorias.

A respeito disso, a autora Tiburi resgata a democracia ateniense, para exemplificar as relações de poder estabelecidas, com a Pólis e Ágora sendo estes, lugar do exercício da cidadania ocupado por homens, e Ôikos como lugar de trabalho e procriação, espaço privado

e reservado às mulheres, escravos e animais, de modo que é reforçado pela autora como aspecto comparativo da posição de “não poder”. Em face disso, homens e mulheres têm mundos separados, diante do que é posto como público e privado, paralelamente é atrelado ao contexto brasileiro no qual o lugar de poderes como o Executivo e Legislativo são pouco ocupados por mulheres, demonstrando a estrutura relacional, no qual a violência é causada às mulheres e o poder é desempenhado pelos homens⁶.

Posto isto, as estruturas de violência simbólica são radicadas no patriarcado, assim como o sistema exploratório do gênero feminino, onde suas significações são construídas ao longo do tempo em diferentes faces da sociedade por meio da reprodução discursiva da superioridade masculina, do qual é responsável por uma escravidão psicológica das mulheres, vivenciada nessas relações de poder⁶. Portanto, essas crenças ecoam em um lugar de inferioridade experienciado pelas mulheres em seu contexto relacional, familiar e de trabalho, sendo esta invisibilidade social, trabalhista e política, devido aos mecanismos de poder, apontados por Michelle Perrot⁷.

Lauretis aborda a construção do gênero através das tecnologias de gênero, a exemplo disso, o cinema, os discursos institucionais e as teorias elaboradas desse contexto que instituem e controlam a construção de gênero perante o social, dedicando-se a produção do homem e da mulher. Partindo do pressuposto de que essas tecnologias impactam a vida das pessoas, em especial a mulher⁵. A analista Del Corso, identificou o sofrimento intenso e a naturalização deste por meio dos discursos e da expressão corporal das analisandas, como processo de identificação com o sofrer como algo inerente ao ser mulher, ocorrendo, por vezes, o aprisionamento da subjetividade, encontrando-se impregnadas nas compreensões de papéis, que são ecoados à longa data⁸.

Dito isto, Beauvoir em *O Segundo Sexo*, discorre que a subjetividade feminina é silenciada em relação a sua totalidade, que por sua vez, é descrita biologicamente e historicamente sobre uma construção do ‘ser mulher’, levando em conta que, o sujeito atribuído como mulher perde sua essencialidade, tornando-se o *Outro*, afiliado as forças do homem, dos desejos das raízes do patriarcado e dominação biológica, ou seja, esses sujeitos encontram-se em uma relação na qual o opressor sustenta o oprimido por meio de uma falsa cumplicidade onde dispõe um caminho inautêntico e impessoal para a mulher⁹.

2.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E AS REPERCUSSÕES BIOPSISSOCIOCULTURAL

Saffioti, na obra *Gênero, Patriarcado e Violência*, pontua as diversas conceituações do termo gênero, sendo para além de uma categoria de análise, uma categoria histórica. A autora menciona também que diversas escritoras e teóricas feministas, apesar das diferenças ideológicas entre elas, comungam que gênero diz respeito à construção social de homem e mulher ¹⁰.

Ainda atrelando-se ao Gênero, Saffioti destaca patriarcado como componente importante, devendo ser nomeado para além do conceito de gênero, tendo em vista o risco de reprodução dos saberes pela ótica do patriarcado, que segundo a autora é uma forma de exercer poder, no qual a diferença sexual torna-se diferença política, aprofundando-se todas as esferas, sejam privadas ou públicas, sendo elas interligadas. A autora também retrata o sexismo como um componente a ser nomeado para além da compreensão de preconceito, materializando-se nos agentes sociais que exercem poder e que são socialmente autorizados a marginalizar seu alvo, excluindo ou integrando de forma subordinada ¹⁰.

Diante do exposto, Santos destaca o que Foucault nomeia como a Biopolítica, ao compreendê-la como demonstração de poder sobre a vida, criando mecanismos que tem por objetivo, o controle do corpo, do homem-espécie, voltando-se para as condições biológicas de nascimento, morte e saúde, tornando a população docilizada a serviço dos propósitos do Estado, que administra, produz, objetifica e normaliza ¹¹. Com isto, Alves e Azevedo destaca que a Biopolítica, descrita como uma “regulamentadora de vida”, surge para administrar além de corpos, mas populações que verbalizam um valor político, em face de usufruir da sua produtividade e utilidade, onde se contextualizam nas diferentes populações segregadas para alimento do poder ¹².

Em vista disso, compreende-se as manifestações do adoecimento psíquico da mulher como performances do sistema patriarcal articulado por discursos camuflados na construção da identidade feminina, que por sua vez, manipula e descreve modelos ideais de mulher no contexto domiciliar, de trabalho e interpessoal, ou seja, torna-se fator provocativo do adoecimento mental das mulheres em suas múltiplas e profundas maneiras de ser ¹³. Sendo assim, de acordo com Schimitt, os adoecimentos decorrem de diversos fatores construídos ao longo do tempo, por meio de condições sociais impostas às mulheres, sejam eles, caracterizados por responsabilidades atribuídas ao gênero feminino, bem como, violências enfrentadas em sua forma verbal, física e subjetiva ¹⁴.

Segundo a Lei 8.742, constitui o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como uma unidade pública municipal, estrategicamente localizada em territórios com alto índice de vulnerabilidade, promovendo assim, a proteção social garantida através de

articulações com programas e projetos socioassistenciais de forma continuada, bem como, atuando com foco na prevenção a violência, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para ampliar o acesso aos direitos da cidadania ¹⁵. Portanto, essa unidade de proteção social básica organiza grupos com diferentes finalidades para desenvolver potencialidades dos sujeitos, por meio da arte ou atividades informativas, e para isso, é importante conhecer a realidade que compõe a vida dos indivíduos, priorizando situações de maior vulnerabilidade, e assim, atender as demandas mais complexas desses processos sociais ¹⁶.

A autora Campos, acerca da atuação do Psicólogo social comunitário, pontua que a utilização de recursos e as composições grupais visam conscientizar diante dos determinantes sociais e políticos, possibilitando às pessoas inseridas nos serviços de saúde o poder de assumir-se como um ser ativo e sujeito da própria história ¹⁷. Desse modo, ao levarmos em consideração os aspectos envoltos ao adoecimento mental das mulheres, evidencia-se o potencial da convivência no CRAS, pois esse espaço vem a contribuir para o empoderamento comunitário de mulheres e familiares, ao proporcionar apoio, conscientização e acesso a informações, gerando autonomia e enfrentamento diante dos dispositivos de poder e possibilitando a resistência a relações patriarcais que suscitam no adoecimento mental. ¹⁸.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O respectivo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) adotou o procedimento de revisão integrativa que se trata de um método que visa condensar de forma sistemática, ordenada e abrangente, os resultados de pesquisa referente ao tema/problema, propiciando de forma ampla, resultados que vêm a compor a estrutura do conhecimento ¹⁹. Levando em consideração a problemática das relações de poder e como afetam a saúde mental das mulheres e, a partir disso, compreende-se como a psicologia vem atuando frente às repercussões biopsicossocioculturais desse público.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizadas as seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), bem como, foram empregados os descritores fixos “CRAS” e “mulheres” em combinação com os descritores “relações de gênero”, “saúde mental” e “psicologia”, previamente estabelecidos em busca no site Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). empregando sempre o conectivo booleano “AND”.

Quanto aos critérios de inclusão, foram aceitos na pesquisa: artigos na íntegra, disponibilizados gratuitamente, na língua portuguesa, que tenham relação com o tema proposto e publicados nos últimos cinco anos (2017 a 2022). Já quanto aos critérios de exclusão, foram retirados da pesquisa: trabalhos editoriais, monografias, teses, dissertações, artigos de revisão, ou estudos duplicados em mais de uma base.

A partir das coletas, foi realizada a leitura exploratória dos títulos e resumos a fim de identificar os materiais relevantes para a pesquisa, seguido da leitura seletiva com propósito de verificar a pertinência para os objetivos do TCC e a partir disso, as respectivas autoras do trabalho registraram as devidas informações extraídas das fontes, sendo assim montado e tabelado seguindo a estruturação de: Título; Autores; Ano; Palavras-chaves e Resultados, visando a síntese dos conceitos principais coletados nos artigos, e por tratar-se de uma revisão integrativa o devido trabalho não precisaram ser submetido à avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP).

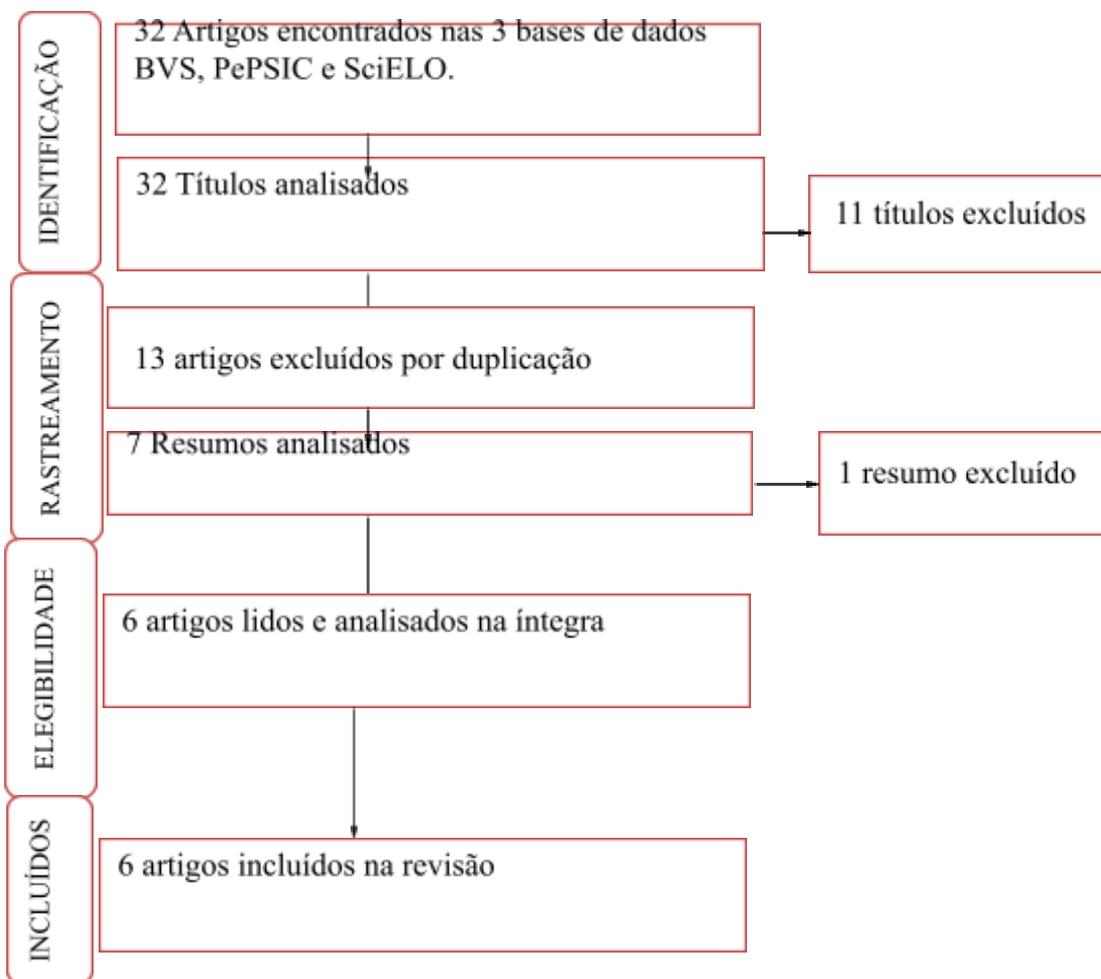
Por fim, ocorreu a leitura na íntegra e de forma analítica, pretendendo explorar e interpretar os conteúdos dos trabalhos relevantes, visando a organização das informações a fim de obter respostas para as problemáticas da pesquisa, o que possibilitou a análise e discussão levando em consideração o referencial teórico que embasa o tema proposto para a elaboração da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura e análise dos artigos selecionados, pode-se observar a significativa influência das relações de poder e construções de gênero que implicam em significativa sobrecarga às mulheres, também evidenciou-se a potência dos grupos operativos em prol da autonomia e protagonismo das mulheres participantes, entretanto, denota-se a falta de clareza entre as profissionais do CRAS, diante da multiplicidade de contextos e atividades que podem viabilizar a saúde mental.

Com isso, dentre os 32 artigos inicialmente encontrados na primeira busca, um total de 11 artigos foram excluídos por duplicação, 13 por não se encaixarem nos critérios estabelecidos. Após leitura do título (1ª etapa), 11 artigos foram excluídos, restando 7 artigos para leitura do resumo. Dos 7 artigos restantes, 1 foi excluído após a leitura dos resumos (2ª etapa), restando assim 6 artigos para leitura na íntegra (3ª etapa). Após esta etapa, 6 artigos foram mantidos para compor essa revisão integrativa. Esses dados estão expressos na figura 1.

Figura 1 - Fluxograma da busca de artigos e critérios de seleção



Fonte: Autoria própria (2023).

Nesta seção serão abordados os resultados coletados dos 6 artigos selecionados incluídos na revisão, sendo estes: “Velhices Femininas: Subjetividades Compostas em Grupo” dos autores Sabbadini, Silva, Gerolamo e Correa, “Encontro de Mulheres no CRAS: Uma Experiência na Construção Grupal” de Lopes, Maheirie e Justo, “Atuação do Psicólogo frente às Demandas em Unidades dos CRAS” de Schibulski et al., bem como, “Concepções de Gênero e Profissionais do Centro de Referência de Assistência Social” escrito por Graff, Strey, Habigzang, “Reflexões Sobre a Clínica Ampliada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)” dos autores Silva e Bonatti, “Em nome da mãe: Performatividades e Feminizações em um CRAS” de Detoni, Machado e Nardi.

A discussão e análise dos resultados foram organizadas em duas categorias: "Grupos de mulheres no serviço do CRAS" e "Atuação e importância da psicologia e CRAS". O

respectivo agrupamento possibilitou maior conexão entre os materiais coletados, evidenciando os pontos em comum e destoantes, no que diz respeito ao serviço do CRAS com mulheres, como também a importância desse dispositivo e da psicologia diante do sofrimento mental.

4.1. GRUPOS DE MULHERES NO SERVIÇO DO CRAS

As formações de grupos encontram possibilidades para buscarem pontos em comum por meio da identificação dos sujeitos, transformando-se em rede de apoio e fortalecimento.²⁰ Desse modo, deve-se atentar às necessidades dos participantes, tendo em vista a construção de uma pluralidade entre os indivíduos, onde todos transformam a relação em uma rede de força unificada.²⁰ Compreende-se que a construção grupal ganha um papel importante para um espaço que muitas vezes, é negado ao solo feminino, visto que, quando se casam têm suas individualidades capturadas pelo papel de mãe ou dona de casa, vivenciando responsabilidades que as ocupam integralmente.²¹ Portanto, os grupos construídos para mulheres no serviço do CRAS possibilitam um lugar de protagonismo e acesso aos direitos, oportunizando práticas para autonomia e atuação da sua própria história.²⁰

A autora Chimamanda Ngozi Adichie em seu livro *O Perigo de uma História Única*, destaca que o poder estrutura-se quando a história de outra pessoa é contada por um terceiro, voz essa, maior que o outro,²² percebendo que em uma sociedade dominada pelo patriarcado, mulheres são silenciadas diariamente, logo suas humanidades são negadas em prol de uma estrutura machista. Com isto, as normas de gênero definem o papel da mulher, pré-determinado e anterior a sua própria existência, condicionando formas desejáveis para se estar em sociedade, seja na forma de mãe, esposa ou filha, o que por sua vez, reflete nas responsabilizações atribuídas decorrentes desses discursos que aprisionam sua autonomia dentro de um dever materno e submisso.²¹

Em consonância com o exposto, afirma-se a importância do grupo operativo de Pichón-Rivière por possibilitar maior protagonismo das integrantes, que em sua autonomia e subjetividade nortearam as discussões e temáticas diante das próprias demandas e interesses, discursos estes, atravessados por diversas formas de abusos, violências e restrições, bem como, de resistências e anseio por liberdade que, muitas vezes, só eram alcançados diante da viuvez e do luto que acompanham esse processo.²³ Logo, o grupo operativo no CRAS torna-se um lugar de fala, de resgate histórico e de possibilidades para a construção de conhecimento e sentido de vida.

Contudo, vale destacar que os papéis interpessoais vivenciados pelas mulheres, incorporam uma postura dependente das relações amorosas, na qual durante a velhice¹ e após a viuvez, tornam-se reféns da própria família, quando passam a enfrentar estigmatização do ser mulher idosa, cuja faltas emocionais e físicas já repercutem uma vida inteira de violências marcadas pela falta de autonomia, trabalho doméstico e padrões de beleza que tornam as mulheres idosas invisibilizadas. Com isto, ressalta-se a importância para um cuidado profissional que vise estratégias para uma qualidade de vida. Em vista disso, as mulheres, principalmente na velhice, são caracterizadas como seres mais sociais para frequentarem espaços públicos apesar das adversidades, portanto há maior possibilidade para utilização do CRAS como rede de proteção à saúde da mulher.²³ No entanto, para a participação feminina no grupo, destaca-se a necessidade em ressaltar as subjetividades das propostas trabalhadas, pois como comenta Sueli Carneiro, citada por Djamila Ribeiro em seu livro *Quem Tem Medo do Feminismo Negro?*, ao falar de mulher deve-se compreender este sujeito como uma pluralidade, ao invés de um “bloco único”, é dar visibilidade a diversas histórias, construindo espaços para todas em suas especificidades vivenciais.²⁴

Nos trabalhos apresentados observam-se os valores que constroem o sujeito mulher, existência destinada a submeter-se às normas do patriarcado que refletem sobre sua individualidade, marcada e direcionada para um destino vislumbrado por outrem exceto por si mesma. Posto isso, nota-se que as violências física, psicológica e social exprimem adoecimentos silenciados por efeito de uma norma de gênero preexistente ao sujeito mulher, na qual é conduzida a dicotomia de papéis para homens e mulheres. Nesse sentido, os resultados corroboram para análise das funções determinadas ao seu modo de ser e existir, seja em seu aspecto relacional, temporal ou social, onde nesta perspectiva o grupo ofertado pelo CRAS oportuniza um lugar de fala e suporte, embora exista a necessidade de práticas voltadas para quebras das diferenciações de gênero, pois apesar do aporte teórico discutir os grupos como um fator de suporte, também é possível que torne-se um contexto onde a mulher precise destinar seu tempo a mais uma atividade não remunerada, da mesma forma que faz-se um local atribuído ao feminino, gerando também essa dicotomia de gênero. Portanto, apesar de representar um apoio social, ainda transporta construções que privam a mulher a construir sua identidade igualitária ao do homem.²⁵

4.2. ATUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA E CRAS

¹ Os autores abordam a velhice por uma perspectiva cronológica

A atuação da profissional Psicóloga no contexto do CRAS, prevê uma atividade colaborativa com os usuários, funcionários e gestores, levando em consideração uma perspectiva multiprofissional em consonância com uma atuação social e comunitária. Desse modo, visa a promoção de ações grupais e individuais que geram a garantia de direitos, fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, potencializando o lugar de autonomia, reconstrução de realidades e prevenção a contextos de risco.²⁶ Ainda assim, ressaltam que apesar da abertura da Assistência Social para atuação de psicólogas, existe uma falta de clareza profissional diante das múltiplas atividades que podem ser desenvolvidas no campo, da mesma maneira que outros aspectos influenciam na falta de profissionais preparados, como à precariedade salarial e a grande ênfase dada a atuação clínica nos contextos acadêmicos, o que por sua vez, passa a desmotivar o engajamento da classe com os serviços.

Com isto, vale destacar a importância de movimentos em busca de novas perspectivas de atuação do psicólogo, superando um olhar individual clínico e diagnóstico, tornando-se um campo fértil para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, uma vez que, sua proposta surge para promover ações que geram reflexões, críticas a realidade vigente e possibilidade de construções coletivas, visando outros modos de existir e ser no mundo. A clínica ampliada é considerada uma postura política problematizadora que vem a auxiliar profissionais a potencializar vidas, contudo, se evidencia a necessidade de apropriação profissional dos parâmetros políticos desse fazer.²⁷ A clínica ampliada tem como proposta uma tripla ampliação de práticas, ou seja, um fazer que visa a incorporação de outros aspectos, seja nos objetos, objetivos e meios de trabalhos em saúde, atuando com pessoas na sua integralidade para além do olhar biológico e de cura, em prol da autonomia e autocuidado, logo, age de maneira dialogada com os usuários, profissionais da equipe e da rede como um todo. Sendo assim, garante a formação de vínculos e responsabilização mútua, compartilhando conhecimentos e espaço de poder com os usuários.²⁸

Concomitante ao que foi exposto, demonstra-se que a falta de preparo profissional de assistentes sociais e psicólogas para intervir de forma coletiva e geradora de autonomia, indica uma falta de compreensão das necessidades e aspectos únicos do contexto em que os usuários e CRAS estão inseridos, implicando em intervenções não efetivas, demonstrando o distanciamento teórico e prático. Ademais, o nível de acriticidade das profissionais e a falta de preparo para identificar e intervir em casos como o de violência doméstica e patrimonial, atentando-se a discursos de naturalização das proibições do acesso ao trabalho, perpetradas

por parceiros íntimos, perpetuando uma normatização e julgamento moral de mulheres que sofrem violência em vista de questionamentos diante da permanência em relações abusivas. Alerta-se também para distorções entre trabalho doméstico e maternidade, ao passo que discursos de profissionais associando-os geram contradições, atuando como reforçadores da compreensão do papel da mulher como cuidadora natural da família e do lar, com isto, ressalta-se a importância de capacitações para que haja maior sensibilização e atuação adequada às necessidades dos usuários.²⁵

Nos artigos citados acima, demonstrou-se constantemente de que modo deve-se desenvolver a atuação de psicólogas no contexto do CRAS, pondo a vista os regulamentos e leis que regem o SUAS, bem como, a contribuição da clínica ampliada para um novo olhar e fazer, demonstrando o consenso entre o que deve ser realizado na prática. Entretanto, apesar da repetição da conduta a ser adotada pelas profissionais, outro aspecto é dialogado e destacado como consenso entre os autores, a falta de preparo e clareza, a precarização salarial e a negligência na grade curricular acadêmica sobre tal desempenho. Diante dessa perspectiva, elucida-se a precarização do serviço que tem por objetivo potencializar vidas, garantir autonomia, possibilitar espaços de saúde mental e fortalecimento de vínculos, porém, diante da análise do que foi posto pelos autores questiona-se também a possibilidade de outros aspectos estarem entrelaçados as demandas encontradas nos artigos, como as influências políticas, estruturais e sociais que excedem a atuação das profissionais e que requerem mobilização de toda a sociedade em prol de mudanças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos coletados abordam aspectos da construção de gênero advindo das relações de poder, caracterizado pelo machismo e patriarcado que vêm a influenciar a compreensão da função a ser exercida pela mulher, naturalizando atividades de cuidado do outro e do ambiente doméstico como lugar natural destas, manifestando conjunturas normativas como significativas para o adoecimento mental das mulheres assistidas pelo CRAS, que em situações de vulnerabilidade encontram lugar de fala nos grupos ofertados pelo serviço. Com isso, observa-se que apesar dos avanços como a conquista do direito ao trabalho e possibilidade para autonomia, permanece a manutenção de funções "destinadas às mulheres" perpetrando a naturalização da sobrecarga, tanto pela sociedade como por parte das profissionais do serviço, carecendo de atividades que promovam o olhar crítico das próprias usuárias diante dessas naturalizações.

Desse modo, observa-se que o objetivo deste trabalho foi alcançado parcialmente, visto que, de fato as relações de poder construídas diante de uma ótica da verdade moldam os papéis de gênero destinados às mulheres, na qual demonstram sobrecarga mental advindo de duplas jornadas de trabalho, ideais do ser mulher, mãe, filha e esposa, bem como, silenciamento da própria voz. Portanto, o CRAS surge como uma ferramenta que oportuniza o encontro grupal, possibilitando lugar de fala, suporte e garantia de direitos. No entanto, ao que se refere a atuação do psicólogo, o aporte teórico destaca a necessidade de uma construção crítica acerca da psicologia e demais profissionais no serviço, pois se demonstra falta de preparo e suporte frente uma atuação comunitária, para que este não reafirme posturas construídas socialmente, a fim de que o serviço não se torne mais um local negligenciado na vida dessas mulheres.

Acerca das dificuldades desse trabalho, é possível destacar a sobrecarga da graduação que expõe o aluno a realizar muitas disciplinas e estágios curriculares em prazos restritos, uma vez que, gera carga excessiva de atividades e desânimo para se dedicar ao trabalho presente. No entanto, apesar das adversidades essa pesquisa tem como relevância a ampliação do olhar crítico acerca das estruturas sociais, os adoecimentos caracterizados por fatores de gênero, bem como a ampliação dos serviços disponíveis para contemplar as necessidades vivenciais desse público e uma atuação profissional que vise a integralidade do sujeito.

REFERÊNCIAS

1. Foucault M. *Microfísica do Poder*. 25 ed. Rio de Janeiro: Graal; 1978.
2. Brosin D, Tokarski ML. Do Gênero à Norma: Contribuições de Judith Butler para a Filosofia Política Feminista. *Rev Gênero* [Internet]. 2018 [cited 2022 nov 8];18(1):98-118. Available from: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31278> doi: 10.22409/rg.v18i1.1036
3. Butler J. Regulações de gênero. *Cad Pagu* [Internet]. 2014 [cited 2022 nov 8];(42):249-74. Available from: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/?lang=pt> doi: 10.1590/0104-8333201400420249
4. Zanello V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris; 2018. 301 p.
5. Lauretis T. *A tecnologia do gênero*. Technologies of gender Indiana University Press [Internet]. 1987 [cited 2022 sept 5]:206-242. Available from: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2019/08/de-lauretis-a-tecnologia-de-gecc82nero.pdf>

6. Tiburi M. Feminismo em comum para todas, todes e todos. 6 ed. Rio de Janeiro: rosa dos tempos; 2018. 126 p.
7. Perrot M. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto; 2007. 191 p.
8. Del Corso MD. De que padecem as mulheres? O (in)suportável do sofrimento. Instituto Vox de Pesquisa [Internet]. 2016 [cited 2022 sept 20]:21. Available from: <https://voxinstituto.com.br/biblioteca/de-que-padecem-as-mulheres-o-in-suportavel-do-sofrimento/>.
9. Beauvoir SD. O Segundo Sexo: fatos e mitos. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; 2016. 936 p.
10. Saffioti H. Gênero, patriarcado e violência. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular; 2015. 160 p.
11. Santos IA. Biopolítica, Técnica e Poder na Filosofia de Michel Foucault. [undergraduate thesis on the internet]. São Bernardo do Campo. Revista Filogênese; 2021 [cited 2022 nov 8] 21 p. Available from: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/5576>
12. Alves YV, Azevedo A. A biopolítica de Michel Foucault: controle do indivíduo e da sociedade. Rev Int Leg [Internet]. 2021 [cited 2022 nov 8];4(30). Available from: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/19998> doi: 10.21680/1982-1662.2021v4n30id19998
13. Rodrigues A, Reis RN, Quadrado C. A Influência da Sociedade Patriarcal na Identidade Feminina. SIEPE [Internet]. 2020 [cited 2022 nov 8];10(2). Available from: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/100470>
14. Schmitt NG. A influência da cultura patriarcal na produção de violências e na construção das desigualdades entre homens e mulheres: um olhar dos profissionais que atuam na rede de proteção social no município de Araranguá. [undergraduate thesis on the internet]. Araranguá: UNISUL; 2016. 27 p.
15. Brasil. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (marco civil da internet). Diário Oficial da União. 2022 oct 9.
16. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas centro de referências de assistência social (CRAS). Brasília. 2009 [cited 2022 oct 9]. 72 p. Available from: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/cras-orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-de-assistencia-social/>.
17. Campos RH. Psicologia social comunitária. 13 ed. Petrópolis: vozes; 2007. 144 p.
18. Moreira NC, Ferreira MA, Lima IMA AA, Ckagnazaroff IB. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. Rev Admin Pública [Internet]. 2012 [cited 2022 nov 8];46(2):403-23. Available from: <https://doi.org/10.1590/s0034-76122012000200004>

19. Ercole FF, Melo LS, Alcoforado CL. Revisão integrativa *versus* revisão sistemática. Rev Min Enferm [Internet]. 2014 [cited 2022 nov 8];18(1). Available from: <https://reme.org.br/artigo/detalhes/904> doi: 10.5935/1415-2762.20140001
20. Lopes DLA, Maheirie K, Justo AM. Encontro de mulheres no cras: uma experiência na construção grupal. Rev Polis Psique [Internet]. 2020 [cited 2023 mar 16]10(3):158-177. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2020000300009 doi: 10.22456/2238-152X.98580
21. Detoni PP, Machado PS, Nardi HC. “Em nome da mãe”: performatividades e feminizações em um CRAS. Rev Estud Fem [Internet]. [cited 2023 mar 16] 2018;26(1):e45084. Available from: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n145084>
22. Ngozi CA. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras; 2019.
23. Sabbadini A, Silva CCFM, Gerolamo JC, Correa MR. Velhices femininas: subjetividades compostas em grupo. Rev Kairós Geron [Internet]. 2019 [cited 2023 mar 16]22(4):487-503. Available from: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1393401>. doi: 10.23925/2176-901X.2019v22i4p487-503
24. Ribeiro D. Quem tem medo do feminismo negro?. São Paulo: Companhia das Letras; 2018.
25. Graff G, Strey MN, Habigzang LF. Concepções de Gênero e Profissionais do Centro de Referência de Assistência Social. Psicol Estud [Internet]. 2021 [cited 2023 mar 16]26:e47036. Available from: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v26i0.47036> doi: doi.org/10.4025/psicolestud.v26i0.47036
26. Oliveira JPLP, Sardá JJ, Maximo CE, Arinõ D. Atuação do psicólogo frente às demandas em unidades dos CRAS. Psicol argum [Internet]. 2017 [cited 2023 mar 16]35(88):98-113. Available from: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-973016>.
27. Silva RB, Bonatti GL. Reflexões sobre a clínica ampliada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). PsiRev [Internet]. 2019 [cited 2023 mar 16]28(2):379-394. Available from: <http://dx.doi.org/10.23925/2594-3871.2019v28i2p379-394>. doi: 10.23925/2594-3871.2019v28i2p379-394
28. Campos GWS, Figueiredo MD, Pereira JN, Castro CP. A aplicação da metodologia Paideia no apoio institucional, no apoio matricial e na clínica ampliada. Interface [Internet]. 2014 [cited 2023 mar 20]18(supl.1):983-995. Available from: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0324> doi:10.1590/1807-57622013.0324